

OS DESAFIOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DE PROFESSORES DE CODÓ

Maria Nayara Oliveira Torres¹
Cecília de Araújo Flor²
Maria Evelta Santos de Oliveira³

RESUMO

No Brasil o ensino de língua portuguesa inicialmente priorizava a gramática. No entanto, a atual lei nº 9.394/96 da educação brasileira apresenta mudanças no ensino da língua portuguesa, propondo um ensino mais contextualizado e interativo, que leve em consideração a realidade social do aluno. A pandemia do covid-19 em 2020 trouxe novos desafios para os professores que tiveram de lançar mãos das tecnologias para dar continuidade às atividades escolares. Desse modo, foi realizada uma pesquisa qualitativa com seis professoras de língua portuguesa que trabalham no município de Codó-MA, buscando identificar e discutir os desafios vivenciados pelas docentes durante a pandemia do covid-19 para o ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais, assim como apresentar as estratégias que elas desenvolveram para enfrentar essas mudanças referente ao ensino remoto. As professoras relataram que não receberam formação para o uso das novas tecnologias em sala de aula, apesar disso passaram a utilizar os recursos disponíveis, se adequando a essa nova demanda. Por outro lado, afirmam que os estudantes não têm acesso a internet e outros equipamentos necessários para acompanhar as aulas remotas. Isso, na opinião das educadoras prejudica o bom desenvolvimento das atividades, visto que alguns alunos não recebem o apoio pedagógico necessário. Nesse sentido, o resultado deste estudo mostra que o ensino de Língua Portuguesa interativo, que contemple o letramento bem como a inclusão digital e a formação dos professores para o uso das tecnologias tornam-se fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade neste novo contexto.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Pandemia, ensino remoto, TICS na educação.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa no Brasil teve como base o ensino de gramática na língua materna, dessa forma o conhecimento da gramática se torna o objetivo do ensino de língua portuguesa. Essa concepção de ensino se fundamenta a partir do processo de catequização dos povos indígenas realizado pela Companhia de Jesus, em que os jesuítas

¹Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA, oliveiratorresnayara@gmail.com;

²Graduanda do Curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA, ceciliaflor.ufma.cc@hotmail.com ;

³Professora da rede pública municipal de Codó-MA: Mestrado profissional em Letras-Universidade Estadual do Norte do Paraná, evalimasousa@hotmail.com

ensinavam a língua portuguesa de forma a enfatizar a gramática tradicional e assim se preservou essa forma de ensinar e aprender.

Em relação a isso na primeira Lei 4.024/61 de diretrizes e bases da educação nacional não apresenta indicativo de uma nova concepção do processo de ensino e aprendizagem da língua materna, diferente da segunda lei nº 5.692/71 que dá um passo em direção para uma nova forma de ensinar Língua Portuguesa (LIMA, 1985. p.05).

Na atual lei nº 9.394/96 que rege a educação brasileira traz um novo olhar para o ensino de Língua Portuguesa, consta no capítulo II, seção III, § 3º que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Ao longo do tempo com estudos realizados nessa área se passa a entender a própria língua de forma diferente e esses estudos contribuem para as mudanças na compreensão do ensino da língua (KLEIMAN e GRANDE, 2015).

Dessa forma, entre as concepções construídas no decorrer dos estudos tem a nomeada por Bakhtin (2006) como “objetivismo abstrato” que entende como uma universalização da gramática em que os componentes fonéticos, gramaticais e lexicais se constituem como fixo e inalterável. Nesse sentido, esse entendimento tem como base os estudos estruturalistas. A partir de outros estudos houve alteração nesses conceitos. Nas palavras de Frezza (2015. p.17) “a língua se efetiva e evolui no processo de interação verbal que é construído social, histórica e ideologicamente entre falantes, através de enunciações dialógicas.” Nessa direção aponta a importância de valorizar e construir o conhecimento de Língua Portuguesa tendo como base o conhecimento prévio e nível de letramento do educando, bem como incentiva uma metodologia de ensino que coloque o estudante como protagonista nesse processo (PCN, p.19. 1998).

Recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (2018) reforça essa nova concepção do ensino de Língua Portuguesa ao elencar dentre as competências gerais da educação básica “Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica (...)” (BNCC, 2018. p.09). Nesse sentido, “As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (BNCC, 2018. p.68). Assim, a escola passa a ser responsável por “contemplar de forma crítica essas novas práticas de

linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC” (BNCC, 2018. p.68).

Soares (2004) apresenta que os estudos e debates acerca do letramento no Brasil se constituem com base no conceito de alfabetização tem causado uma confusão quanto ao conceito de letramento e alfabetização que embora estejam relacionados, mas são fenômenos distintos. Kleiman (2008. p.490) esclarece que “Os Estudos do Letramento defendem uma concepção pluralista e multicultural das práticas de uso da língua escrita.”

Em que as pesquisadoras Kleiman (2008) e Soares (2004) entendem que o letramento não se resume a saber codificar e decodificar, mas compreender como fazer o uso social da leitura e da escrita, sendo a partir desses estudos que se passar a construir o conceito de alfabetização digital e por alguns autores nomeado de letramento digital. A respeito do letramento digital desde 11 de março de 2020 após a declaração oficial pela Organização Mundial de Saúde - OMS da pandemia do covid-19⁴, esse letramento tem sido tema de discussão, assim como o acesso às novas tecnologias pelos estudantes, especialmente os da escola pública (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Em virtude da Lei 9.394 de 1996 de diretrizes e base da educação brasileira estabelece no capítulo II, seção III, § 4º “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.” Desse modo, o Ministério da Educação brasileiro em 29 de maio de 2020 permite o retorno das atividades escolares pelas instituições de ensino de forma não presencial em decorrência da pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Tendo como base as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovada em 28 de abril de 2020 a respeito do ensino não presencial durante a pandemia do covid-19 (BRASIL, 2020).

O termo letramento digital surge emparelhado a essas necessidades práticas cotidianas, devido à era da informação, na qual vivemos, e ao avanço das tecnologias digitais, que carregam consigo as interações midiáticas, que são motivadoras das necessidades de leitura e escritura na tela (CAIADO; MORAIS, 2013). No âmbito da docência, o professor, que é letrado digitalmente, pode proporcionar práticas de ensino

⁴COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, os indivíduos ao contraírem podem apresentar de infecções assintomáticas a quadros graves. O primeiro caso que se tem registro foi em dezembro de 2019 na China na cidade de Wuhan (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020) e (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2020) mais informações acesse <https://www.paho.org/pt/covid19>

que envolvam tecnologias digitais de informação e comunicação. Por outro lado, a realidade do ensino no Brasil tem nos apresentado outro tipo de professor, que, muitas vezes, não conhece tecnologias e não emprega em sua sala de aula ferramentas digitais que contextualize o seu conteúdo, e quando encontram-se em situação como a do ensino remoto, têm muitas dificuldades.

A respeito disso, na introdução dos Parâmetros Curriculares Nacional-PCN (1997) explica os eixos que norteiam os documentos dos PCN assim discorre sobre as mudanças trazidas com o desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação a educação passa a exercer um novo papel em virtude da sociedade demandar novos saberes, habilidades e competências. De modo que a escola deve acompanhar essas mudanças e inovações para construções de novos modelos e práticas pedagógicas que incorporem as novas tecnologias (BRASIL, 1997).

Quanto a isso, a Base Nacional Comum Curricular (2018) apresenta como competências a serem desenvolvidas no estudante do ensino fundamental no que se refere a linguagens “Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, (...) expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais” (BNCC, 2018. p.65).

É necessário que o indivíduo possa aprender a fazer o uso social das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação -TDIC. Logo que os estudantes saibam “se comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos. (BNCC, 2018. p.65)” No processo de planejamento da inclusão das Tecnologias da Comunicação e Informacional-TICS é importante levar em consideração que deve se pensar em novas práticas pedagógicas que oportunizem aos estudantes serem protagonistas, autônomos, críticos e construtores do seu conhecimento.

Não é possível se pensar na inserção das novas tecnologias em sala de aula seguindo as práticas da educação bancária de transmissão e recepção com essa figura do professor como centro e detentor de conhecimento e do estudante como passivo e receptor dos conhecimentos. Sendo que devem ser planejados e executados para a formação cidadã (ARAÚJO e BELIAN, 2018) e (MORAN, 2012).

Os estudos realizados sobre a formação docente se iniciaram na década de 80 em países estrangeiros as pesquisas foram desenvolvidas a respeito da conhecimentos e metodologias pedagógicas a fim de promover discussão quanto à profissionalização das

peessoas que atuam na docência, ou seja, visando a validação docentes como profissionais capacitados e apto para lecionar e ressaltar a importância desses profissionais. No Brasil pesquisas assim foram desenvolvidas recentemente (NUNES, 2001).

Kleiman (2008) discute a dificuldade dos professores conseguirem alfabetizar e ensinar a Língua Portuguesa em conformidade com os documentos oficiais da educação uma vez que alguns não têm conhecimentos de teorias de linguagem, conseqüentemente, não compreendem como aplicar em sala de aula o exposto nesses documentos e que isso se deve ao fato de terem cursos de pedagogia que não contemple no programa de curso os estudos de linguagem. Assim como, é necessário formação para os docentes possam compreender a relevância da inclusão da TIC'S para o estudante tanto na escola como para a vida pessoal e profissional.

Com isso, se observa que o papel do professor nesse processo é de grande importância, no entanto requer uma nova configuração da escola que não se limita apenas realizar a compra de equipamentos tecnológico, é necessário formação para os docentes possam compreender a relevância da inclusão da TIC'S para o estudante tanto na escola como para a vida pessoal e profissional (ALENCAR, 2015).

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa foi realizada em dezembro de 2020 com seis professoras sendo quatro da rede pública de ensino do município de Codó-MA e duas da rede privada que lecionam em língua portuguesa nos anos iniciais em que se buscou identificar e discutir os desafios vivenciados pelas docentes durante a pandemia do covid-19 para o ensino de Língua Portuguesa, assim como apresentar as estratégias que elas desenvolveram para enfrentar as mudanças trazidas pelo isolamento social no que se refere ao ensino remoto.

Dessa forma, elaborou seis questões direcionadas ao ensino de língua portuguesa em tempo de pandemia, as dificuldades e estratégias adotadas pelas professoras diante dessa nova realidade, assim foram construídas em torno da seguinte problemática: quais os desafios para o ensino de língua portuguesa em tempos de pandemia?. Após isso foi criado um questionário online através do *Google Forms* com seis perguntas, duas abertas e duas fechadas e o link de acesso ao questionário foi disponibilizado para as professoras através do aplicativo de mensagem instantânea, o WhatsApp. As docentes participantes da pesquisa atuam na rede pública de ensino em que uma professora atua a mais de oito anos e quatro lecionam a mais de quinze anos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas respostas das professoras foram constatados alguns entraves que dificultam o processo de ensino e aprendizagem no período pandêmico. Elas apontam a dificuldade de estabelecer relação com os alunos devido ao distanciamento social, no acesso à internet e os equipamentos digitais necessários para os estudantes acompanharem as atividades realizadas, assim como se adequar ao ensino não presencial, principalmente no uso da câmera do aparelho celular para realizar as aulas remotas em que não houve capacitação para os professores a respeito do uso das novas tecnologias, entretanto no decorrer do tempo foram conseguindo aprender a usar algumas ferramentas digitais.

Dessa maneira, as docentes tiveram dificuldade na realização do diagnóstico para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes em relação aos conhecimentos em Língua Portuguesa, igualmente apresentam que o processo de alfabetização foi muito difícil, especialmente por não poder acompanhar o processo de ensino e aprendizagem diariamente. Nesse sentido é importante que o docente ensine a Língua Portuguesa de forma que os estudantes apreendam a compreender e respeitar as variações linguísticas, mas para isso se faz preciso que o professor se desvincule do pensamento de valorização apenas dos conhecimentos da gramática. (AMARAL et. al., 2012) e (LIMA, 1985. p.05).

Com isso, se observa que a pandemia do covid-19 exigiu uma nova configuração para escola, de modo igual para os professores em que se tornou difícil para alguns docentes tanto pela dificuldade dos alunos para terem acesso à internet e demais equipamentos para realizar as tarefas e assistir as aulas, bem como os desafios vivenciados pelos professores para se ajustar a essa nova realidade, tendo em vista que alguns não possuem conhecimento sobre o uso das TIC'S.

Sobre isso, na Base Nacional Comum Curricular -BNCC (2018) lembra da necessidade de promoção da cultura digital dentro da escola visando a inclusão digital, cidadania, compartilhamento e produção de conhecimento. Em relação a capacitação em Tecnologia da informação e Comunicação-TIC os docentes não realizaram por iniciativa própria, assim como a secretária municipal de educação não realizou ano passado formação voltada ao uso das TIC'S na educação, embora as aulas tenham retornando em consonância com as recomendações do Ministério da Educação, ou seja, o ensino não presencial.

Nesse sentido, as docentes relatam que aprenderam a usar os seus próprios recursos uma vez que não foram disponibilizados equipamentos necessários pela escola, foram aprendendo como utilizá-los como ferramenta de ensino a partir da necessidade de usar e foram se adequando com o passar do tempo. Nessa direção é que Moran (2007) traz que embora durante esse processo de inclusão das Tecnologia da Comunicação e informação -TIC'S na sala de aula o estudante seja o protagonista, é indispensável a criação de projetos e programas para a capacitação dos professores visando apropriá-los dos conhecimentos sobre tecnologia da informação e comunicação para que assim possam conduzir os educandos nesse percurso de uso das novas tecnologias. Tendo em vista que o acesso às TIC'S se trata de questão democrática, social e econômica.

No Brasil tem sido realizado programas direcionado a inclusão da Tecnologia da Comunicação e informação -TIC na educação como o programa Mídias na educação que é realizado visando a capacitação de professores que atuam na rede pública de ensino sendo em formato a distância de responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância-SEED que tem parceria com as secretarias de educação e instituições de ensino superior da rede pública.

Em virtude de não possuírem capacitação em TIC'S, as quatro das cinco docentes entendem que a inserção da Tecnologia da Comunicação e Informação-TIC'S não oportunizou a melhoria no processo de ensino aprendizagem dos estudantes, isso devido à grande parte dos seus alunos não possuem acesso a internet e celular ou outros equipamentos para acompanhar as atividades, por isso para esses alunos foram fotocopiadas atividades e entregues na escola para os responsáveis.

Isso evidencia a desigualdade social e a exclusão digital que impossibilitou esses estudantes de realizar as atividades de forma remota. Em agosto de 2020 através da Lei nº 14.040 o Ministério da Educação do Brasil apresenta as normas e recomendações para o ensino no período de pandemia do covid-19 em que define no artigo 2 como responsabilidade dos sistemas de ensino disponibilizar recursos tecnológicos para os docentes ao escolherem realizar as atividades escolares pelo ensino não presencial (BRASIL, 2020).

As estratégias usadas pelas professoras para ensinar Língua Portuguesa aos educandos no período da pandemia do covid-19 foram gravação de vídeo aula, contação de história com fantoche, casa mágica, imagens, músicas; criação de grupo no *WhatsApp*; uso de atividades e instruções de realização fotocopiadas; vídeo chamada via aplicativo

de mensagem instantâneo, o *WhatsApp* e via aplicativo de videoconferência, o *Meet* e outras estratégias de compreensão e interpretação de texto. No ensino fundamental anos iniciais é orientado que o planejamento das atividades seja pensado de maneira que os estudantes possam realizar com o auxílio dos familiares, assim é recomendado que se organize uma instrução de como mediar a realização da tarefa para os pais e responsáveis pelos estudantes.

Evidentemente, que essas mudanças são encaradas por alguns professores com mais dificuldades do que outros em decorrência de alguns docentes não terem formação acadêmica e conhecimento acerca do uso de forma pedagógica das novas tecnologias (BRASIL, 2020). Apesar disso, permanece a necessidade do professor elaborar as atividades em consonância com os objetivos, habilidades e competências exposto nos Lei de diretrizes e bases da educação brasileira- LDB (1996), Parâmetro Curricular Nacional- PCN (1998) e Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2018). (LEITE e FARIAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Língua Portuguesa sofreu mudança ao longo tempo em se busca ensinar mais do que a gramática, atualmente passa ser compreendido como um processo de construção social e de grande importância para o exercício pleno da cidadania, embora tem respaldo legal essa nova concepção de ensinar e aprender a Língua Portuguesa enfrenta dificuldade em que os docentes não conseguem obter o apoio necessário da escola, a capacitação adequada e diante da pandemia do covid-19 se tornar ainda mais difícil. No entanto, as professoras participantes apresentam as estratégias usadas para dar continuidade às atividades de forma não presencial.

De modo, se percebe que embora não tenham recebido formação em Tecnologia da Comunicação e Informação-TIC'S, têm aprendido a usar os recursos disponíveis e se adequando a essa nova demanda. Nessa direção a inserção das Tecnologia da Informação e da comunicação -TIC'S na escola é necessário para a formação dos estudantes e requer do professor conhecimento para conduzir esse processo. De maneira que a pandemia do Covid-19 tornou mais evidente a situação da educação pública quanto à inclusão da TIC'S. Assim como se faz preciso uma formação docente voltada para o uso das TIC'S, bem como os professores apesar de estarem lecionando no ensino não presencial não receberam capacitação ou outro direcionamento por parte da escola para o desenvolvimento das atividades no ensino remoto.

O Ministério da Educação brasileira tem desenvolvido programas com capacitação dos docentes, distribuição de computadores e outros equipamentos eletrônicos, elaboração e divulgação de materiais didáticos midiáticos, promovido entrevistas com especialistas em educação e cursos através da TV escola. Entretanto, torna-se importante se pensar no processo de construção desses programas ações que contemplem a particularidade de cada região, tendo em vista que se torna necessário mais do que receitas prontas para mudar esse cenário que se agravou na pandemia do covid-19 que evidencia a necessidade formação em TIC'S, a precariedade da escola pública quanto aos recursos tecnológicos e a desigualdade social em que os estudantes são prejudicados por não terem acesso às novas tecnologias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Residência Pedagógica-RP, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e ao Curso de Pedagogia da UFMA/Campus Codó.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. F de. **O pensamento de Paulo Freire sobre a tecnologia:** traçando novas perspectivas. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

ARAÚJO, R e BELIAN, R. Concepções de professores universitários sobre inovação pedagógica. **Rev. Inter. Educ. Sup.** v.4 n.2. Campinas, SP. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> de 17 de dez. de 2020.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação básica.** Ministério da Educação. Brasília. 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Brasília. 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CAIADO, R.; MORAIS, A. G. Concepções e experiências dos professores de língua portuguesa sobre as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Hipertextus Revista Digital.**, v. 10, jul., 2013. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume10/01-Hipertextus-Vol10-Roberta-Caiado&Artur-Gomes-de-Morais.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

KLEIMAN, A. B.. Os estudos de letramento e a formação do professor de Língua materna. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, v. 8, n. 3. Santa Catarina. 2008.

BRASIL. **Estudantes são preparados para usar tecnologias da informação.** Ministério da educação. Brasília. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/aluno-integrado>. Acesso em 18 de dez. de 2020.

- BRASIL. **ProInfo**. Ministério da educação. Brasília, DF. 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/proinfo> Acesso em 18 de dez. de 2020.
- MORAN, J. M. As mídias na educação. **Texto do meu livro Desafios na Comunicação Pessoal**. 3 Ed. São Paulo: Paulinas, 2007. Disponível em http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/tecnologias_eduacacao/midias_e_duc.pdf. Acesso em 11 de dezembro de 2012.
- SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. n.25. Rio de Janeiro. 2004.
- AGÊNCIA BRASIL. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus**. Agência Brasil. Brasília, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Presidência da República. Brasília. 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm Acesso em 21 de janeiro de 2021.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia**. Educação e Coronavírus. Brasília. 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em 21 de janeiro de 2021.
- AMARAL, N. C do; BELINTANI, R. N; MORAES, R. de; VALENTE, R. de C. e ANTONIO, F. P.. Desafios da Língua Portuguesa no ensino fundamental. **Revista científica eletrônica de pedagogia**, ano X, Número 19, 2012.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores-saberes da docência e identidade do professor. Nuances: **Estudos sobre Educação**, v. 3, n. 3, 1997.
- LEITE, K. L. de F. e FARIAS, M. S. de. **O ensino remoto e a disciplina de Língua Portuguesa: Como dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem**. VII Congresso Nacional de Educação. Maceió. 2020.
- NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: Um breve panorama da pesquisa Brasileira. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, Campinas - SP. 2001.
- FREZZE, F. C. G. S. **A prática docente no processo de ensino-aprendizagem da leitura: um estudo de caso**. 2015. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Licenciatura em Letras) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- BRIGHENT, J.; BIAVATTI, V. T. e SOUZA, T. R. de. Metodologia de ensino-aprendizagem: uma abordagem sob a percepção dos alunos. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 281-304, set. 2015.
- RIOS, A. dos S.. A prática pedagógica no processo de alfabetização. XII Congresso Nacional de Educação-EDUCERE, III SIRSSE, V SIPD –Cátedra UNESCO e IX ENAEH. São Paulo. 2015.



KLEIMAN, A. e GRANDE, P. B. De. Intersecções entre a linguística aplicada e os estudos de letramento: desenhos transdisciplinares, éticos e críticos de pesquisa. v.22, n.36. **Matraga**, Rio de janeiro. 2015.